A young boy in traditional indigenous attire, including a tall, cylindrical hat and a necklace, stands in a lush, green environment. In the background, a waterfall cascades over rocks into a pool of water. The scene is framed by decorative borders at the top and bottom.

MAZÉ TORQUATO CHOTIL

Nascentes Vivas

para os povos Guarani, Kaiowá
e Terena da Reserva de
Dourados, Brasil

The logo for BIBLIO editora, featuring the word 'BIBLIO' in a stylized, blocky font with a diamond shape in the center of the 'I', and 'editora' in a smaller, lowercase font below it.

BIBLIO
editora



Nascentes Vivas

para os povos Guarani, Kaiowá
e Terena da Reserva de
Dourados, Brasil







Nascentes Vivas

para os povos Guarani, Kaiowá
e Terena da Reserva de
Dourados, Brasil

MAZÉ TORQUATO CHOTIL

1ª Edição
2022



Copyright © 2022 by **Mazé Torquato Chotil**

Rogério Fernandes Lemes
Coordenação editorial

Kassia Regina Mariano
Assistente de Coordenação

Mazé Torquato Chotil
Revisão Textual

Rogério Fernandes Lemes
Desenvolvimento da Capa

Projeto Gráfico



e d i t o r a



(67) 99939-4746 (Vivo - WhatsApp)



biblioeditora@gmail.com



@biblio.editora



www.biblioeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Chotil, Mazé Torquato, 1958—.
C551n Nascentes Vivas: para os povos Guarani, Kaiowá e Terena da
Reserva de Dourados, Brasil / Mazé Torquato Chotil. – 1. ed. –
Dourados: Biblio Editora, 2022.

72 p. ; 14x21cm.

ISBN 978-65-87086-53-8

1. Literatura. 2. Povos Indígenas. 3. Jaguapiru 4. Bororó 4.
Direitos Humanos I. Chotil, Mazé Torquato II. Título.

CDD – 869

*Proibida a reprodução total ou parcial sem prévia autorização da Autora.
Todos os direitos reservados de acordo com a Lei 9.610/98.*



SUMÁRIO

A reserva	13
A Reserva de Dourados	17
Três povos indígenas	23
As escolas	31
Casa de Reza	39
O meio ambiente degradado	53
Produção de orgânicos	55
As nascentes	59
Fontes	68



Dourados¹ é a segunda cidade em população do estado do Mato Grosso do Sul, região de minhas origens. Ela tem a mais populosa reserva indígena do país, que concentra um número importante de desafios, com as aldeias Jaguapiru e Bororó.

O carro coberto de poeira vermelha, a mesma que via na minha infância colorir o céu e os lençóis brancos entendidos no quintal, é especial para estrada de terra e o transporte de tralhas nas suas costas. O professor e pesquisador é pontual para a carona. Cajetano Vera é da etnia Guarani, graduado em ciências biológicas pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), mestre em desenvolvimento local pela Universidade Católica Dom Bosco de Dourados e professor da Escola Municipal Indígena Tengatui Marangatu, da aldeia Jaguapiru.

¹ O dia é 22 de outubro de 2021.

As aldeias Jaguapiru e Bororó formam a Reserva Indígena de Dourados. Ele vai me levar para conhecer a Jaguapiru, onde leciona. Antes havíamos trocado informações sobre o Projeto Nascente Viva – Yvu Oikoveva em guarani –, que tem sua participação. Criado em 2018, o projeto visa Ações Socioeconômica e Ambiental da Aldeia de Dourados e foi criado pelas instituições: Associação de Mulheres Indígenas de Dourados (AMID), Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e o grupo Team Tarahumara Fans, da Alemanha.

O principal objetivo é restaurar a vegetação que margeia o córrego Jaguapiru, ao mesmo tempo que proporciona atividades de Educação Ambiental para alunos das escolas indígenas da reserva.

A bordo! A manhã é de sol, em torno de 25 graus, ideal para a visita. O carro vira à esquerda e, na quadra seguinte, à direita e já estamos na MS-156. Dentro da cidade, a rodovia não é diferente das ruas. Arborizada no canteiro que separa as duas mãos de direção. Casas comerciais de um lado e de outro, no estilo lusitano, “quadradas”, de alvenaria. Um conjunto residencial de quatro andares, um prédio mais alto... quanta diferença das imagens da cidade de minha infância, há mais de 40 anos! Está “desenvolvida”.

Na Reserva Indígena de Dourados, com suas duas aldeias, vivem os povos Guarani, Kaiowá, Terena e mestiços, mais de 15.600. Ela é certamente a

mais problemática dentre as reservas do país, a mais populosa, concentra o maior número de indígenas confinados do mundo, segundo a ONU. Depois das altas taxas de suicídios dos anos 1980-1990, ela enfrenta hoje problemas de alcoolismo, violência – principalmente feita às mulheres, com estupros –, assassinatos (um a cada dois dias e meio, 6/2019), drogas, desnutrição infantil, conflitos étnicos e de poder, falta de água potável, de equipamentos urbanos, de saneamento e um meio ambiente degradado.



A reserva representada por Francisco Horta Barbosa. Elen Mary Machado à esquerda e Cleber Dias à direita. Foto: Robert Wenkemann.

A reserva só não está completamente isolada da cidade porque tem ônibus saindo de Dourados, três vezes por dia, para as duas escolas e o escritório do cacique, e um outro ligando a reserva à cidade vizinha de Itaporã.

² ONU lança documentário “Guarani e Kaiowá: pelo direito de viver no Tekoha”, Nações Unidas, 13/9/2017, <https://bit.ly/3t7Pnzp>.

Avalia-se que 60% da população é de crianças e adolescentes e que a taxa de indígenas presos em Dourados é a maior do país, a maioria com menos de 29 anos. Instituições estão sempre realizando campanhas para levar comida aos necessitados, entretanto, a situação estrutural da comunidade continua preocupante.

Ao lado dessa realidade, o estado do Mato Grosso do Sul é um dos maiores produtores de alimentos do país. Dourados tem universidades, uma vida econômica importante, mas muita gente desconhece a riqueza cultural de seus indígenas, nega a eles a condição de cidadão. Muitos deles são discriminados na busca por empregos, são chamados, pejorativamente, de “bugres” – indivíduo rude, primário, incivilizado – ou “índios paraguaios”. Alguns relatos falam que restaurantes que compram mandioca de índio, por ser mais barata, não divulgam a informação por medo de perder clientes racistas.

*Tem pão velho?
não, criança tem o pão que o diabo amassou
tem sangue de índios nas ruas
e quando é noite a lua geme aflita
por seus filhos mortos [...]*

Emmanuel Marinho (poema *Genocídio*)

Mais adiante as casas escasseiam e a estrada toma a cara de rodovia. Uma placa indica, à esquerda, a UFGD e uma faculdade particular.

E à direita um conjunto habitacional popular. O asfalto perde sua cor para a da terra vermelha da região, “terra boa”, diferente da nossa, arenosa, como dizia meu pai, instalado no município mais ao sul do estado.

Carros, motos, caminhões de entrega passam de um lado e de outro da rodovia.

Do lado direito um canavial. A cana-de-açúcar juntamente com o gado de corte, a produção de soja e a mandioca são importantes para a economia do MS.

– Aqui, à esquerda e à direita já são terras da aldeia – diz Cajetano.

A rodovia dividiu as terras!

– Ali, à esquerda, tem, duas vezes por semana, uma feira de produtos orgânicos.

Depois de uns sete quilômetros do centro da cidade, o carro entra à esquerda e sai da rodovia. O caminho agora é de terra, terra vermelha que pinta as folhas das árvores nas imediações da estrada. As chuvas recentes fizeram alguns estragos na rua principal da entrada da aldeia Jaguapiru, de forma que o carro deve diminuir sua velocidade.

Alguns pedregulhos aqui e acolá. Na beira do caminho, papéis e garrafas de plástico vazias em meio aos arbustos verdes ou secos.

Casas de blocos ainda descobertos, vermelhas como a terra.

Alguns comércios simples na rua: bar, lava-rápido, borracharia...



Foto: Robert Wenkemann.

Não vejo floresta, nem ipês em flores. Alguns coqueiros, bananeiras, mato ralo, parece que não se cultiva mais nada. Uma igreja. Outra igreja!

– Elas são numerosas por aqui.

Alunos a pé ou de bicicleta caminham em direção das escolas que ministram cursos em português e nas línguas terena e guarani depois da Constituição de 1988. Mais adiante, o carro para.

– É aqui!

Escola Municipal Indígena Tengatuí Marangatu. Na sua frente está a Escola Estadual Indígena Intercultural Guateka – Marçal de Souza.

Do lado esquerdo desta, o posto do cacique, chamado agora de capitão, uma espécie de representante administrativo do lugar.

A reserva

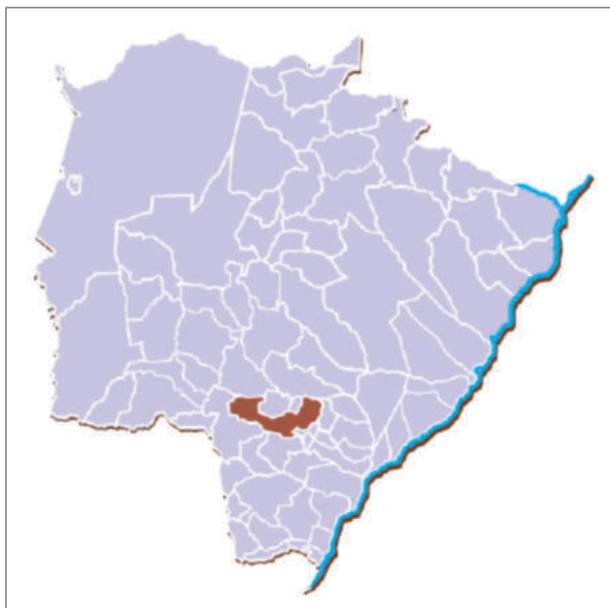
Antes dos primeiros brancos – espanhóis, seguidos de outros, como os jesuítas, os bandeirantes paulistas... – que chegaram na região no século 16, viviam na região do hoje Mato Grosso do Sul, parte do Paraguai, Uruguai e Argentina os povos Guarani, Kaiowá e Terena, que se deslocavam livremente, caçando e pescando.

Sobretudo durante e após a Guerra do Paraguai (1864-1870), a chegada dos brancos se intensificou



Fonte: Paulo Roberto Cimó Queiroz em “Vias de transporte em regiões de fronteira”.

na região e continuou com a ideia do governo brasileiro de organizar a defesa do território na fronteira com o Paraguai. Depois de ter criado postos e colônias militares, ele foi ocupando política e economicamente o espaço com o projeto positivista de progresso, de assimilação da população indígena para a civilização via o processo de aculturação.



O Mato Grosso do Sul, atualmente, com o município de Dourados.

A cultura indígena, baseada no território e no coletivo, sem posse de terra, preserva a floresta e permite desfrutar do que ela oferece, diferentemente da cultura dos brancos, baseada na propriedade e na herança de bens, um sistema que esses povos originários consideram predatório, racista e excludente. Eles sentiram a apropriação de suas terras como ato

de grande violência, criador de desigualdades. Tentaram resistir, fizeram alianças entre eles, mas não conseguiram impedir a colonização de suas terras.

Após a guerra citada, o governo concedeu mais de 1 milhão de hectares de terras para a implantação da Companhia Mate Laranjeira, fundada em 1883 para a produção de chá-mate. Na execução do “processo civilizatório”, os indígenas eram considerados “selvagens”, “primitivos”, que, “pacificados”, podiam ser aproveitados no seu intuito de explorar as riquezas do “sertão”. E a Mate Laranjeira utilizou-os como mão de obra barata, em condições semelhantes à de escravo.

No começo do século 20, em 1910, o governo criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (substituído pela Fundação Nacional do Índio - Funai, em 1967) como órgão responsável pela “tutela” dos indígenas, e pelo “sistema de reservas indígenas”. Entre 1915 e 1928, oito áreas de terras foram indicadas para serem demarcadas e homologadas como reservas indígenas no atual estado de Mato Grosso do Sul,³ sem consultar, ou levar em conta, as culturas indígenas, seus territórios tradicionais, o tekoha, “lugar de onde se é” ou ainda “solo sagrado”.

A ideia era limitar a área dos povos indígenas a fim de destinar os outros espaços à colonização.

³ Hoje municípios de Amambai (Benjamin Constant, 1915, e Limão Verde, 1928), Dourados (Francisco Horta Barbosa, 1917), Caarapó (José Bonifácio ou Te'yi), Tacuru (Sassaró ou Ramada, 1928), Coronel Sapucaia (Takaperi, 1928), Paranhos (Pirajuy, 1928), Japorã (Porto Lindo, 1928).

O governo de Getúlio Vargas introduziu então a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que atraiu trabalhadores rurais sem terra de várias partes do Brasil com o desejo de acessar lotes de terras gratuitas.

A Reserva de Dourados

Hoje o Mato Grosso do Sul é o segundo estado do país em termos de população indígena, com 77.025 pessoas (18% em Dourados), ou seja, 9% de sua população em 2010. Povos das etnias: Guarani, Kaiowá e Terena, os mais numerosos, mas também Kadiwéu, Ofaiet, Kamba, Atikum, Guató, Xavante e KiniKinau.

Entre as reservas criadas no Mato Grosso do Sul está a Reserva Indígena de Dourados (RID), de 1917, com uma área de 3.475 ha, demarcada e homologada em 1965 (3.515 ha em 2013, segundo a Funai, dos 3.600 ha previstos inicialmente, a diferença foi perdida para proprietários circunvizinhos). Mais de 15.600 pessoas vivem nela atualmente.

Três povos com diferentes culturas foram destinados a essa reserva, dividida em duas aldeias, Bororó e Jaguapiru: Terena, Guarani Kaiowá e Guarani Ñandeva. Hoje, a reserva, separada por uma rodovia, está próxima ao perímetro urbano da cidade de Dourados, que conta com cerca de 200.000 habitantes.

A partir do final dos anos 1970, povos indígenas que tiveram que abandonar suas terras na região voltaram a reivindicar seus territórios tradicionais em vários pontos do estado. Foi assim que, em 2014, no município de Dourados, foi homologada e regularizada a aldeia Panambizinho, com 1.272 ha e uma população de cerca de 400 habitantes predominantemente de Kaiowá.

Ainda no município, as comunidades de Passo Piraju, Ñu Porã e Apyka'i se encontram com os processos administrativos demarcatórios em andamento. Por sua vez, outros grupos, Pacurity, Yvy Poty Rory, Jaiche Piru, Yvy Verá, Boqueiron, Ñu Verá I e II, Ñu Verá Guasu e Avaete em áreas de litígio, reclamam a retomada de seus territórios, sem estudo demarcatório em andamento, mesmo estando dentro das áreas abrangidas no Compromisso de Ajustamento de Conduta assinado entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Funai em 2007.

Famílias indígenas ainda possuem presença histórica nas áreas dos distritos de Picadinha e Itahum, na Agrovila Formosa e no perímetro urbano da cidade, em especial na Chácara Califórnia. Também habitam diversos espaços na área urbana.

No município vizinho de Douradina, existe a aldeia Panambi, com 12.000 ha e uma população de 1.016 de Guarani Kaiowá.

Segundo a lei vigente, as reservas indígenas são bens da União e a posse das terras é dos povos indígenas.

As terras não podem ser comercializadas ou emprestadas para outros fins. Sua exploração econômica fica a cargo da população indígena, cuja autonomia deve ser respeitada.

Enquanto cidadãos plenos, os indígenas têm direito aos benefícios sociais e previdenciários do Estado brasileiro e podem ingressar em juízo e em defesa dos seus direitos e interesses, inclusive contra

seu suposto tutor, o Estado, através do Ministério Público Federal.

Também é garantido aos povos indígenas, na Constituição de 1988, o respeito e a proteção de suas culturas – modo de vida e de produção –, assim como o direito nas suas aldeias a uma educação intercultural, bilíngue português e língua de origem.

A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, lembra a importância desses povos na formação e riqueza da sociedade, e a ameaça que têm vivido. Dos 8 milhões que se estima existirem quando os brancos chegaram em 1.500, calcula-se que eles não somam mais de 900.000.⁴

Formada inicialmente pelos povos Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e os Terena, a Reserva de Dourados tem hoje uma parte crescente de “mistos”, fruto de casamentos entre Terena e Guarani em sua maioria e entre indígenas e não indígenas, formando relações complexas e não sem conflitos.

Segundo pesquisa de Cajetano Vera, de 2016, não publicada, existem na reserva 43% de Guarani Kaiowá, 35% de Guarani Nandeva, 16% de Terena e 0,6% de mestiços.

⁴ IBGE, 2010.

O professor explica que a escola da frente é a Escola Estadual Indígena Intercultural Guateka de fundamental II, que atende as duas aldeias. Em alvenaria, vê-se de longe a forma de uma oca. Ele vai me apresentar a escola onde trabalha, Escola Municipal Indígena Tengatuí Marangatu, sua equipe de professores e diretor, que poderão me explicar a situação da reserva e, especialmente, o ensino praticado ali. Ele deve dar duas aulas e depois, durante a hora do almoço, poderá me levar para conhecer a Casa de Reza e seu pajé.



Escola Estadual Indígena Intercultural Guateka – Marçal de Souza. Foto: Robert Wenkemann.

As crianças e jovens entram nas suas escolas de portões abertos. A Tengatuí Marangatu tem à sua direita um grande ginásio coberto para a prática de esportes, na frente, a oca, com um palco, é lugar para

encontros e atividades artísticas e onde as crianças brincam durante os intervalos. À direita e à esquerda da oca, dois prédios de salas de aula, sala de professores e a biblioteca.



Atrás dos prédios, ele me apresenta o viveiro de plantas e a casa de sementes.

– A pandemia e as aulas à distância não permitiram um maior cuidado com as mudas, mas estamos

retomando. Construímos nestas últimas semanas uma cisterna para fornecer água para o viveiro. Logo mais a bomba será instalada.



Viveiro.



Nelson Ávila da Silva no viveiro. Foto: Robert Wenkemann.



Cajetano Vera. Foto: Robert Wenkemann.

Na espera do sinal para o começo das aulas, crianças brincam. Lindas, de cabelos pretos, rostos morenos do sol. Nos seus olhos leio todas as esperanças que têm no futuro. Apresentações feitas à equipe da escola, posso tomar algum tempo de cada um para melhor conhecer os povos que ali vivem, assim como o trabalho que eles desenvolvem. Antes, um pouco de informações sobre os povos que vivem na reserva.

Três povos indígenas

Guarani, Kaiowá e Terena são os povos que vivem nas duas aldeias. Os Guarani estão espalhados pela Argentina, Paraguai e Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul). Os Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowá utilizam a mesma língua Guarani da família linguística Tupi-Guarani. Os chamados atualmente Guarani são os Guarani Ñandeva, que quer dizer “os que são dos nossos”.

A estrutura familiar Guarani é composta por famílias extensas, em que os homens tinham o papel de limpeza do terreno e as mulheres, o do plantio, colheita e transporte dos produtos. As mulheres têm importante papel. Respeitando a tradição, os homens no momento do casamento passam a viver com a família da mulher.

Além dos subgrupos Guarani Ñandeva e Guarani Kaiowá, existem também os Guarani Mbya, porém não na reserva.

Eles guardam formas específicas de interpretar a realidade, assim como língua, costumes, práticas rituais, organização política e social e orientação religiosa distintos. Os Guarani Ñandeva, que praticavam o senso do cooperativismo, eram influenciados na agricultura pela lua no momento de semear e de colher e no corte da madeira.

Representações do artesanato de Guarani Ñandeva no passado:



Esculturas de Araci Marques Vendamini, FIC-MS. Fotos da autora.



Artesanato Guarani.



Instrumentos musicais do artesanato Guarani e Terena.



A Kuñangue Aty Guasu é organizada todos os anos pelas próprias mulheres Guarani e Kaiowá (Everson Tavares/Agência Pública).

Kaiowá ou Kaiwá ou Cauás. Essa denominação foi dada pelos colonizadores a esse grupo de Guarani que vivia na região do sul do estado. Kaiowá, filho da floresta, da mata, eram milhares, segundo estimativas, e ocupavam 40% do território do Mato Grosso do Sul, sobretudo na região de Dourados.

Como dito, é um povo que pertence ao tronco linguístico tupi e é um dos grupos indígenas que tem noção de seu território.

Eles acreditam que foram os primeiros a serem criados por Deus, seguidos dos Guarani, de outros grupos indígenas e dos brancos. Evitaram ao máximo o contato com os europeus, mas, à medida que seus territórios tradicionais foram ocupados, não tiveram opção, foram obrigados a se aldear em Dourados, seguidos pelos Guarani e Terena.

Seu “modo de ser”, *Teko Katu*, é “calmo e paciente”, consideram “imoral reagir com raiva”, segundo o professor Kaiowá Tônico Benites, marca cultural pela qual podem se sujeitar a uma situação indesejável. Fechados ao exterior, podem ser considerados, por muitos, como atrasados ou subdesenvolvidos.

Foram os que mais conservaram seus costumes. Culturalmente, usavam ataduras nos punhos e tornozelos, pintavam o rosto com urucum e usavam um cinto – o *kuákuahá* – nos rituais com flores e penas de tucanos.



Esculturas de Araci Marques Vendamini, FICMS. Fotos da autora.

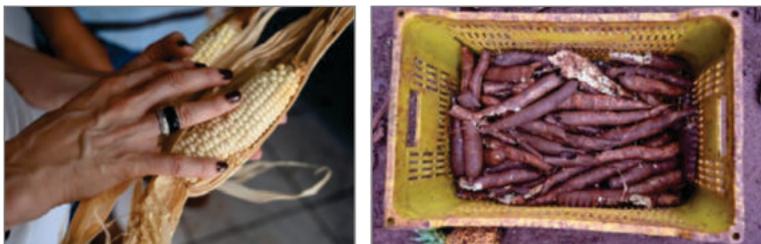


Artesanato guarani kaiowá. Fonte: <http://www.ms.gov.br>.

Os Terena falam a língua da família linguística Aruák. Estão presentes em vários pontos no norte e no sul do Amazonas e no alto do rio Xingu. Os da região, conhecidos como Guaná, viviam no Chaco até o século 18, quando entraram no atual território sul-mato-grossense.

Vivem atualmente no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul.

Na Guerra do Paraguai, foram recrutados para o combate e o fornecimento de alimentos. Enquanto seu território era palco do conflito, suas aldeias eram destruídas e, em seguida, seus territórios ocupados por fazendas. Foram obrigados a trabalhar nas instalações das Linhas Telegráficas (1900) sob ordens do Marechal Rondon e na Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904).



Milho e mandioca. Fotos: Robert Wenkemann.

Considerados hábeis agricultores, receberam do SPI a missão de ensinar as técnicas de agricultura aos Guarani e aos Kaiowá da Reserva de Dourados. Cultivam milho, mandioca, fumo, batata-doce, algodão e abóbora. São também ceramistas.

Depois da Guerra do Paraguai, praticam a dança da ema, também chamada de dança do bate-pau, ao som de flautas. Pintam o rosto.

Culturalmente, são abertos ao exterior, têm facilidade de se aproximar de outros povos e se adaptam a ambientes diversos, o que explicaria seu expansionismo e domínio sobre outros povos.



Esculturas de Araci Marques Vendamini, FICMS. Fotos da autora.

Após séculos de “aculturação”, próximos de cidades, com espaços insuficientes para o número crescente da população, como conservar seus modos de vida, suas plantações, com um entorno onde o agronegócio produz em grande escala soja, cana-de-açúcar, milho e gado, inclusive com o uso de pesticida, e fazem pressão para o arrendamento de seus espaços?

As perdas culturais foram importantes. Por exemplo, o cacique, figura central para os Guarani, perdeu poder em face da gestão da reserva, seus deuses são substituídos pelo grande número de igrejas que se

instalaram a fim de “ganhá-los”. Difícil manter suas tradições. E os problemas citados ganham terreno. E, muitas vezes fora da aldeia, os indígenas são designados como pessoas que não fazem nada, “não se desenvolvem”, vivem às custas da sociedade.



Moringa, tigela e vasos do artesanato Terena.

As escolas

Na sala de professores, posso conversar com alguns deles, que esperam seus horários de aula. Todas as crianças e jovens da aldeia não frequentam a escola, infelizmente. Com o trabalho ou a morte dos pais, muitos vivem dispersos, circulando pelo espaço. Por outro lado, jovens, pela necessidade de trabalhar, deixaram de frequentá-la.

A escolaridade é uma das coisas mais importantes atualmente na reserva. As aulas são dadas nas duas línguas: português e a da etnia de cada um. As escolas existem na reserva desde, pelo menos, 1931, mas foi em 1973 que a Funai instaurou o ensino bilíngue, ensino que se tornou obrigatório com a Constituição brasileira de 1988. Instituído a formação, a Funai começou a capacitar professores indígenas para assumirem a educação escolar nas suas comunidades. Assim, no final dos anos 1980, já existia um crescente número de professores indígenas na Educação Escolar Indígena na reserva e no Brasil.

Mais recentemente, a partir de 2006, a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), da UFGD, através de seu curso de Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, tem formado novos professores, habilitados em quatro áreas: Ciências Humanas, Línguas, Matemática e Ciências da Natureza.

As instituições escolares instaladas dentro e fora da área indígena têm atendido mais de 3.000 alunos da reserva, e dos outros aldeamentos do município,

desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo cursos de alfabetização para adultos, curso de formação específica de professores indígenas e cursos técnicos. São sete as unidades escolares municipais e uma estadual de ensino médio, a Guateka.

A escola, através da educação, bilíngue, dos livros produzidos, da realização de festas tradicionais trazendo para ela as práticas de tradicionais familiares, o contato com os pajés, caciques... contribuem muito para a manutenção das culturas de seus povos.

Os Terena sofreram mais em matéria de perdas culturais com o passar do tempo. Muitos perderam a língua, um de seus maiores patrimônios culturais. Se alguns ainda falam, muitos não tiveram mais à disposição essa língua materna. Uma das professoras presentes na sala dos professores explica que não fala o terena, pois os pais não falavam mais. A família não ensinou a língua materna porque pensava não ser necessário para trabalhar na cidade. Pensa que somente 50% dos Terena falam hoje a língua dos seus antepassados. Só aprendeu algumas palavras, nomes de objetos e alguns textos.

O que não a impede de se sentir Terena, “sou indígena miscigenada, não falo a língua, mas me considero uma pessoa da comunidade. Nasci aqui, tive filhos aqui, já tenho neto e vou permanecer aqui”. Guarda como tradição cultural o uso de plantas medicinais transmitida pelos pais e a importância dos alimentos saudáveis, que podem evitar muitos problemas de saúde. Lembrando que a etnia foi enviada

para a aldeia a fim de desenvolver atividade agrícola junto aos Guarani. Quando criança, comia abóbora e cará, que achava maravilhoso, porém os pequenos espaços de hoje na aldeia não permitem mais a plantação. Tentou passar ao máximo essas tradições aos filhos, entretanto, diz que é difícil lutar contra o meio em que vivem: “As crianças não comem o que comíamos, dizem que cará não tem gosto. Gostam de comer hamburgo, cachorro-quente, refrigerantes, todas essas coisas que não são boas”.

Em matéria de brincadeiras, quando criança brincava de bonecas feitas de sabugo, de bolita feita de barro, que quebrava facilmente, mas outras eram fabricadas... “Hoje as crianças só querem brincar com joguinhos dos celulares. Difícil lutar contra a globalização, sobretudo quando sua cultura não é valorizada.” O ensino da língua é primordial, porque visita o passado e traz a essência da cultura.

Aginaldo Rodrigues, da etnia Guarani, é professor dessa língua, que aprendeu com os pais. Nasceu na aldeia Bororó e pelos oito anos a família mudou-se para a Jaguapiru, onde vive atualmente. Na sua infância, os pais lhe contavam histórias, sobretudo as do sol e da lua. Falavam do que se podia ou não comer, das tradições de passagem para a adolescência, de contos sobre a moça que se envolve com moço muito bonito, que na verdade é um animal transformado, uma forma de falar dos riscos do não respeito das regras da comunidade.

Além da pouca prática das tradições da sua cultu-

ra guarani, durante seus tempos de criança, ouviam-se mais as danças e rezas do kaiowá em algumas famílias. Ao longe ouvia os cantos, até sentia medo, porque não entendia muito sobre esses cantos kaiowá. Os pais não tinham hábito de falar sobre isso, como se fosse natural. Foi descobrindo no convívio da comunidade sobre essas tradições e de etnias diferentes. Aginaldo é adjunto à direção da escola. O ensino das línguas não é completamente bilíngue, são horas de aulas por semana. Entretanto, o guarani é bem falado na aldeia e a alfabetização pode ser feita também na língua materna, já que muitas crianças podem ter dificuldades com o português. Para ensinar o guarani e o terena na escola, os professores têm produzido material, livros bilíngues ou em uma das duas línguas da aldeia em parceria com a UFGD e a Secretaria de Educação de Dourados, entre outros parceiros indicados nas diferentes publicações.





O professor Cajetano Vera terminou seus dois cursos e vem tomar um café na sala dos professores, antes de me levar para a Casa de Reza. Também pesquisador e observador da aldeia, participa de vários projetos, como o Nascente Viva, lembra que as culturas da aldeia muito mudaram em função da demanda social.

“O Xander, que vinha no passado contratar serviços dos índios da aldeia, levava-os para trabalhar no corte de cana e elas ficavam distantes da família uns

60 a 90 dias. A mulher permanecia em casa, não trabalhava fora, cuidava da casa, dos filhos e do quintal de plantação de subsistência com mandioca e batata. O pouco recurso que o marido trazia comprava alguns produtos. Pelos anos 1990 as mulheres também passaram a trabalhar na fazenda, inclusive no corte de cana. Hoje, saem de Dourados 4 a 5 ônibus levando trabalhadores para a colheita de maçã em Santa Catarina”, sem volta imediata.



Alguns dos livros da biblioteca da escola.

Essa nova realidade impactou o trabalho indígena na escola, na prefeitura... “As crianças ficam com os avós, os vizinhos ou às vezes sozinhas. Os jovens indígenas têm na cabeça que não precisam ficar em casa para cuidar dos filhos e saem para trabalhar. Sobrecarregam os avós. E os que não tem avós? Assim, temos a criança guaxo, aquela que os pais morreram ou ficaram sob a guarda dos avós. Trabalhando como professor, vejo que isso enfraqueceu de um modo geral a cultura guarani. Crianças crescendo sem a presença dos pais, sem a orientação deles, praticam furtos, se metem com drogas. Os pais, que antes de sair para trabalhar fora já usavam bebidas alcoólicas, indo para as fazendas, muitos com o pouco de dinheiro que obtêm, vão de vez para as bebidas e as drogas.”

As formações bilíngues são grandes oportunidades para que as etnias conservem suas tradições culturais. E para comunicá-las, a exemplo das Mostras de Saberes Tradicionais – abertas ao público em geral –, saberes indígenas na escola, Tekoha Marane'ỹ, evento realizado anualmente na escola Tengatuí Marangatu, na aldeia Bororó, realização da Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas de Dourados (CEAID). Ela visa fortalecer a educação escolar indígena com ênfase na valorização da história e das culturas indígenas. No programa estão a cultura, a história e as contribuições indígenas para a região, valorizando seus saberes, a sustentabilidade e a promoção de uma sociedade plural e menos preconceituosa.



A escola, a formação têm proporcionado uma grande esperança. Muitos indígenas da reserva têm entrado na universidade e voltam para a aldeia com ideias novas, saberes que, somados aos existentes, podem contribuir e muito para um melhor horizonte aos membros da comunidade.

Casa de Reza

Chegou o momento de conhecer a Casa de Reza do seu Getúlio Juca e de dona Alda, importante reza-deira. Voltamos à estrada vermelha. Nenhuma estrada ou rua da aldeia é asfaltada ou possui nome. Não existe equipamento urbano, a exemplo de parquinho para as crianças brincarem.

– Como receber uma carta? Um pacote?

– É o cacique, o capitão, que recebe no seu escritório na frente da escola, no local que mostrei. Podemos passar por lá na volta. Aliás, te deixo na Casa de Reza, terei duas outras aulas à tarde e volto para te buscar.

– Combinado!

As pessoas, ou quase ninguém, também não possuem nome e sobrenome de indígena, Guarani, Kaio-wá, Terena.

Pequenas parcelas cercadas com arame farpado. Poucas coisas plantadas. Uma bananeira aqui, um coqueiro acolá... uma igreja, uma outra. Planície, céu azul. Onde passaram os animais, os passarinhos? Impressão de estar passando no lugar após uma guerra. Certamente após o coronavírus, que não é responsável por todo o estrago, mesmo se muito devastou.

Na chegada, a Casa de Reza de sapé impressiona por sua altura e tamanho, em cima da terra vermelha do quintal. Atrás dela, uma pequena casa de madeira onde vive o pajé Getúlio Juca, sua mulher, Alda, e um filho, que aprende a fazer artesanato, além de um

neto. O terreno é pequeno, tem um galinheiro, uma “casinha” que serve de banheiro, bananeiras, bambus, uma goiabeira e uma grande árvore, onde cadeiras espaguete convidam para um repouso sob a sombra. Eles plantam mandioca, milho e batata e criam galinhas e patos, que, soltos, procuram comida no terreno.



Casa de Reza do pajé Getúlio Juca. Foto da autora.

A Casa de Reza, ou *Jerokiguasu*, é uma das importantes manifestações culturais mantidas na aldeia. Nela são realizadas rezas, benzimentos e rituais religiosos. A grande reza, uma forma particular de louvar seu deus exercida na casa, manifestação que no passado os europeus viam somente como dança, é uma reza realizada no período de nascimento de crianças, que recebem seus nomes na língua nativa. Nesses momentos, o pajé, *Nhanderu*, reza durante três dias, ingerindo cauim e água de cedro. No dia seguinte, o quarto, o *Cheru Hyapu Guasua* manda o nome das crianças para o céu. Quatro Casas de Reza existem na reserva, frequentadas por Kaiowá, Guarani e Terena.

Elas são lideradas por rezadores, em geral lideranças nas aldeias. São importantes lugares de transmissão de cultura, onde turistas passavam antes da pandemia de coronavírus. Os jovens é que estão deixando de frequentá-las, o que entristece os anciãos guardadores da memória dos antepassados. Getúlio Juca, líder espiritual, o pajé, da etnia Guarani Kaiowá, está indo para os 80 anos. Recebeu os conhecimentos do seu bisavô e pratica há muitas décadas. Não anda bem de saúde. Ele explica a situação delicada da aldeia, a dificuldade de interessar os jovens à cultura, a intolerância de alguns, que já incendiaram a Casa de Reza por três vezes. Sempre reconstruída.



Getúlio Juca. Foto da autora.

Os turistas desapareceram após a pandemia, a situação, que já era delicada, piorou. Um carro entra no terreno e dona Alda vai em sua direção.

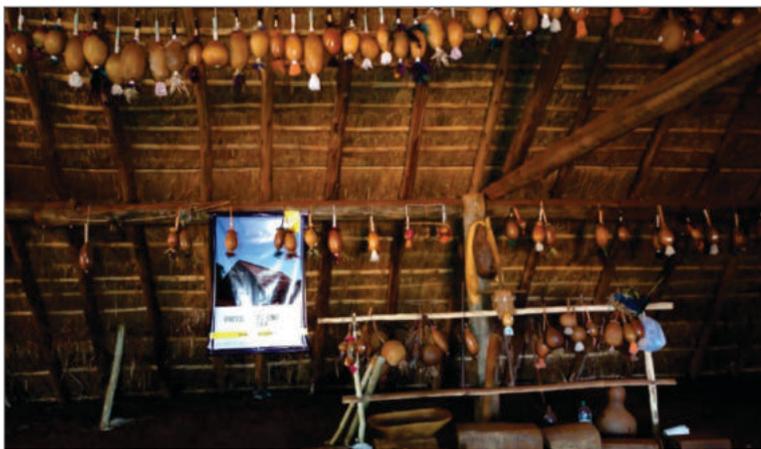
Ele traz uma quantidade de marmitas destinadas

às crianças que vivem no entorno da Casa de Reza. Elas são 36, não possuem pais, ou os têm, mas vivem embriagados. Não frequentam escola, se aproximam para comer. Hora do almoço. Cansado, seu Getúlio precisa se alimentar e descansar. Dona Alda, rezadora mestra, se propõe a me mostrar a Casa de Reza. Rezadora, aprendeu desde pequena com a família de seu pai, também pajé.

– Cada noite a gente reza, para não acontecer nada de mal. Rezamos também para quem nos procura, com mau-olhado, olho grande...

Getúlio recebe pessoas que necessitam de suas rezas desde seus 18 anos.

– Antes, quando não existia médico, era o pajé quem cuidava para que a criança nascesse bem, batizava no quarto mês dela. Cuidava da vida espiritual e física da criança.



A Casa de Reza reconstruída depois de incêndios. Foto da autora.

Dona Alda nos apresenta a oca Casa de Reza. O

Xiru, instrumento utilizado pelo pajé em suas rezas, que a mulher não pode pegar. Getúlio recebeu-o de seu avô, que lhe ensinou muito. O avô por sua vez, tinha recebido de seus antepassados. De forma que foi algo salvo dos incêndios que a casa viu, objetos que atravessaram décadas, séculos.

Dona Alda é rezadora desde pequena. Aprendeu com o pai e o avô, também pajé. Tem 74 anos e vai levando a vida. O casal tem 84 netos e netas, 19 maiores e bisnetos que vivem na região.

Os filhos são professores, agentes de saúde... Ela explica que dentro da Casa não se usam velas. O que se usa é o dom da pessoa, a sabedoria do rezador. O pajé pega o Xiru e faz suas rezas para pessoas que vêm pedir pela saúde, em geral.

Dona Alda conhece uma série de remédios: para diabete, colesterol, artrite, úlcera... Também muito exerceu como parteira, no tempo em que não existia maternidade nem enfermeira ou médico. Conhece plantas cujos chás ajudam no trabalho de parto e, depois deles, outros para limpar o corpo do que ficou após o nascimento. “Dava banho para sofrer menos, para nascer rápido, menos de 24 horas. Após duas a três horas nascia a criança.” Conhece uma quantidade de remédios caseiros que no passado ajudaram muitas pessoas. Rezas e remédios, as duas coisas juntas no tratamento.

— Agora muita gente que é até avó quer levar a vida de branco, não quer aprender os nossos conhecimentos, enquanto o branco corre aqui para pedir

remédio – diz dona Alda.



Dona Alda. Foto: Robert Wenkemann.

Como transmitir a cultura dos ancestrais para as novas gerações? Como transmitir os conhecimentos, formar novos pajés?

A intolerância religiosa é também uma preocupação na aldeia.

– Nós somos Kaiowá, legítimo fruto da terra, mantemos a religião dos antepassados, sem imitar a cultura dos outros. Muita gente que fala trazendo a Bíblia com a palavra de Deus, mas nós também falamos em nome de Deus. É o mesmo deus, o *Nhanderu*, que está no céu. Nós não pedimos dinheiro para rezar, porque Deus não usa dinheiro. Quem está usando é o ser humano, o que cobra o dízimo.

Depois da visita, olhada no artesanato que dona Alda dispõe aos turistas que passam pela aldeia. Cocar, chocalho, flechas, brincos, colares...



O artesanato Guaraní está ligado à sua religião. Seus mitos fazem referência a cestos e trançados. Objetos como tecidos (tapetes e redes feitos no tear), adornos (colares, brincos, pulseiras, cocares), armas (arcos e flechas) e instrumentos musicais (chocalho e o taquapu, bastão oco de ritmo) fazem parte de seus artesanatos. Para confeccioná-los, utilizam sementes de plantas nativas, penas, linha, lã, barbante, fibra de caraguatá, bambu, madeira, embira de bananeira, cipó e cabaça.

Também fazem parte de sua cultura objetos de uso doméstico, como peneira, o tipiti, usado no trabalho com a mandioca, e o cesto para o transporte de carga.

Atualmente, os artesanatos mais fabricados na reserva são os adornos, como colares, pulseiras, palitos para cabelo e os brincos, empregando casca de coco, penas, taquara e sementes variadas de plantas nativas. Entre as sementes estão a de pau-brasil, lágrima-de-nossa-senhora, pariri, olho-de-cabra, leucena, saboneteira e açai.

Objetos como tecidos e vestuários, produzidos por mulheres há séculos, deixaram de ser feitos por

falta de produção do algodão na aldeia. Outros deixaram de ser produzidos por terem perdido suas utilidades. As armas – arcos e flechas –, que os homens produziam para a caça e a pesca, sem os animais, que desapareceram com o desmatamento e os rios poluídos, agora eles só fabricam de forma miniaturizada, destinadas aos turistas.

Utilizam madeiras como o aguaiá, o cipó guaimbê e a taquara. E para o trançado do arco empregavam, além do cipó, o capim braquiária, a linha e o barbante. O cipó guaimbê está extinto na reserva, o caraguatá, quando encontrado, é utilizado para fazer o cordão dos arcos. Na falta dele, vai o barbante. As penas que adornam as peças são de galinha, tingidas – no passado, com tintas extraídas do catiguá – com anilina ou outros produtos comprados no mercado.

Os Kaiowá Guarani desenvolvem em seu artesanato principalmente o arco e flecha, cestas de palha, cipó-imbé e colônia, penachos, entre outros materiais e utensílios. A cerâmica deixou de ser fabricada na aldeia por falta de madeira para queimar as peças, não por falta de argila.

O artesanato é de grande importância para a população da Reserva de Dourados. Além de ser fonte de renda para os indígenas artesãos, é uma forma de manter vivas e valorizar suas tradições culturais. Sua comercialização se faz hoje através da Feira da Mulher Indígena no centro da cidade e nas Casas de Reza da aldeia.



Artesãos do grupo Guaté. Foto: Robert Wenkemann.

Um bom exemplo de produtores é o grupo Guaté, formado em 2005 por artesãos das etnias Guarani, Kaiowá e Terena na aldeia Jaguapiru. De tradicional e refinado acabamento, criam coleções exclusivas de brincos, pingentes, entre outros, artesanato chamado Porã Uhékoti, utilizando matérias-primas da região: leucena, jatobá, pau-brasil, juá, contas olho-de-cabra, rosário, chapéu-de-napoleão, casca de coco e talo do capim braquiária (arte exclusiva do grupo).

Os trabalhos de criação da identidade visual para inclusão comercial foram coordenados pela APOMS, com o objetivo de valorização da cultura e do artesanato local, e através destes fazer a difusão da história e dos valores dos artesãos indígenas da reserva para a comunidade externa.

Os trabalhos devem entrar numa nova fase de atividades capaz de contribuir também para trazer

fontes de renda para a população de artesãos indígenas.



Artesanato Guaté, da coleção de Elen Mary Machado. O da direita é utilizado como medalha de participação nas corridas do grupo Tarahumara Fans, nas corridas pelo Projeto Nascente Viva. Fotos da autora.



Artesanato Guaté.



Reserva multicultural, três etnias, capitais culturais diversificados com danças, cantos, artesanato... saberes que precisam ser revalorizados. Artesanato que tem proporcionado a um certo número de pessoas fontes de recursos, mesmo que com uma série de problemas.

Algumas festas fazem parte das tradições indígenas da Reserva de Dourados, como a festa do milho, planta sagrada que rege o calendário agrícola e religioso. O *abate mortos*, milho branco é uma referência. Cantos tradicionais dos Guarani Kaiowá também subsistem na Reserva Indígena de Dourados.

Cultura é coisa dinâmica, viva. Se, por um lado, as perdas culturais de suas tradições ancestrais e a aculturação dos povos indígenas da reserva acontecem há muito, é hora de se posicionar sobre a questão a fim de organizar o futuro.

Cajetano está de volta para meu retorno à escola. Dessa vez, vou conhecer o cacique, também chamado de capitão. Na frente da casa reservada ao representante da aldeia Jaguapiru e à unidade dos Correios, há um pé de jatobá. Frutas caídas parecem não interessar a ninguém.

Izael Morales, da etnia Terena, é o cacique neste outubro de 2021 (no final do ano, o cacique eleito foi Ramão Fernandes). O cargo é eletivo, recebe votos dos membros da comunidade reunidos num conselho comunitário. O trabalho é voluntário, consiste em muito trabalho social, diálogo a fim de evitar conflitos ou resolvê-los. Trabalho difícil, visto as diferenças culturais, os problemas que a comunidade enfrenta.

O escritório é um tipo de prefeitura para o lugar, capacitado para emitir documentos e um trabalho em conjunto com a polícia. Depois do espaço verde, a casa à direita tem chão de piso vermelho, daqueles que encerava quando criança. Após o espaço área, encontro o cacique no escritório.

Conversamos sobre o papel do cacique/capitão e o funcionamento do posto, os problemas da aldeia e de um futuro com resgate necessário das línguas, das tradições de seus povos, como rezas, medicina tradicional...



Izael Morales. Foto de sua página Facebook.

O meio ambiente degradado

Os povos indígenas da reserva cultivavam, para sua alimentação, milho, mandioca, inhame, batata; colhiam mamão, caju, cacau e palmito. Depois, nos anos 1960, quando a Funai dividiu a terra em lotes iguais, houve mecanização da lavoura com a introdução da soja e a prática de arrendamento das terras.

Hoje, o solo da reserva se encontra degradado, as erosões são uma realidade, os rios, contaminados; as matas sumiram e, com elas, a possibilidade de extração de madeira, ervas medicinais, produtos utilizados na confecção de artesanatos ou na construção das ocas... A agricultura de produção de alimentos é menos praticada, seus membros dependem de atividades remuneradas fora dela.

Os que detêm espaços ao longo da rodovia MS-156 e das estradas vicinais mais movimentadas trabalham em pequenos comércios na frente de suas casas, como bares, borracharias, lava-rápido... Uma situação diferente da do passado, antes de serem aldeados, quando os indígenas contavam com espaço para caçar, pescar e produzir o que precisavam para sua sobrevivência, em harmonia com o meio ambiente. A superpopulação também contribuiu para o esgotamento dos recursos naturais essenciais. Flora e fauna, assim como suas nascentes. Elas sofreram, foram assoreadas com o tempo e a falta de bons cuidados.

Foi com a intenção de reverter a situação que o Projeto Nascente Viva foi criado, desejando recupe-

rar os ambientes das nascentes, reconstruir um ecossistema autossustentável que proporcione à comunidade indígena um lugar para usufruir de maneira respeitosa dos recursos naturais – rios, animais, plantas – e em harmonia com suas culturas, além de proporcionar a adequação à legislação.⁵

A restauração ecológica e a conservação da biodiversidade por meio do uso sustentável dos recursos naturais da aldeia representam melhoria na quantidade e na qualidade da água para usos múltiplos e uma alternativa de desenvolvimento local, com geração de renda para suas populações.

Como dito, o Nascente Viva tem a parceria da Associação de Mulheres Indígenas de Dourados (AMID), Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (APOMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e do Grupo Tarahumara Fans, da Alemanha. Projeto que conta com apoiadores, simpatizantes e doadores europeus.

Ele tem a participação, na reserva, da Escola Municipal Indígena Tengatuí Marangatu e Escola Estadual Indígena Intercultural Guateka – Marçal de Souza, além do apoio da Funai, Sesai, jornal *O Progresso* e a Pastoral Indígena.

⁵ O Código Florestal Brasileiro prevê uma faixa de florestas e vegetação natural de 30 metros para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura e 50 metros para nascentes e áreas úmidas com solos hidromórficos.

Produção de orgânicos

A cultura indígena protetora da natureza, de uma agricultura orgânica, está em processo de recuperação. A reserva possui pelo menos 20 produtores orgânicos com o acompanhamento da APOMS. O Terena Nelson Ávila da Silva, casado com uma Kaio-wá, um dos líderes da aldeia Jaguapiru (também participa da dança do bate-pau, ritual de festa, além das danças guarani e das manifestações das Casas de Reza), cultiva no espaço de 1 hectare de terra que seus pais possuem na aldeia Jaguapiru, onde a mata virgem é preservada desde os primeiros tempos de sua mãe, de quase 80 anos. Nelson participa, como dito, do Projeto Nascente Viva, cuida da horta (com o professor Cajetano), do viveiro de plantas na Escola Guateka, verifica e supervisiona as mudas plantadas, faz a manutenção da casa de sementes crioulas guarani e é o coordenador da feirinha agroecológica indígena que reúne os cerca de 20 produtores.



Horta orgânica. Foto: Nelson Ávila da Silva.



Nelson num dia de festa com o filho e um amigo deste.



Nelson na Horta.

A plantação de orgânicos na reserva pode se desenvolver muito com a criação do Núcleo Indígena de Dourados da APOMS, em criação, um dos projetos impulsionados pelo instituto de Eduardo Moreira, o Instituto Conhecimento Liberta, que reúne lide-

ranças indígenas e conhecimentos da UFGD e da APOMS, entre outros.

Olácio Komori, da Associação de Produtores, diz que a reserva tem tudo para que um projeto de produção da comunidade dê certo: boas terras, mão de obra indígena de primeira qualidade e consumidores na cidade de Dourados. Os produtores já existentes, criação de cooperativas e empresas de produção indígenas, podem integrar o Núcleo, de forma a desenvolver a produção de orgânicos e tirar os indígenas das aldeias de Dourados e região de suas vulnerabilidades atuais através do desenvolvimento dessa atividade econômica.





Nascentes Vivas



As nascentes

Além dos apoiadores e simpatizantes, o Projeto Nascente Viva tem a participação da APOMS, como vimos, da Associação de Mulheres Indígenas de Dourados (AMID), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e do Grupo Tarahumara Fans, da Alemanha.

A Associação de Mulheres Indígenas de Dourados (AMID), criada em 2001 pela Terena Lenir Paiva Flores Garcia, da Jaguapiru, a fim de dar visibilidade às mulheres carentes, mães solteiras... informá-las de seus direitos, avançar juntos nos conhecimentos... tem agora mais de 200 associadas nas duas aldeias da reserva.

Muito aprenderam, desenvolveram atividades de costura, artesanato, plantas medicinais... uma solidariedade se estabeleceu. Foi ouvindo de mulheres que as nascentes estavam secando, assoreadas com a falta de matas, sem que as múltiplas entidades responsáveis pela reserva tomassem providências, que dona Lenir e associadas foram em busca de soluções.

Desencadearam uma importante reunião com lideranças, poder público, entidades, encontraram a professora Zefa Valdivina Pereira, da UFGD, trabalhando no setor de meio ambiente, a APOMS e Elen Mary Machado, da Tarahumara Fans, da Alemanha, para trabalhar no *Projeto Nascente Viva*.

O Grupo Tarahumara Fans, da Alemanha, cujo nome significa “corredores no pé” ou “aqueles que

correm rápido”, na língua do povo nativo mexicano descendente dos Astecas, é um grupo composto de pessoas de diferentes culturas, que correm com camisetas sustentáveis, no mundo inteiro, interagindo e se divertindo em prol do meio ambiente.



Lenir Paiva Flores Garcia. Foto: Robert Wenkemann.



Meninos antes da dança do bate-pau em uma das festas da AMID, organizada no Dia dos Povos Indígenas. Foto página Facebook da AMID.



Mulheres na sede da AMID em curso sobre ervas medicinais. Foto página Facebook da AMID.

Coordenada pela brasileira Elen Mary Machado, a instituição tem captado recursos para o Projeto Nascente Viva através de uma corrida anual e outros programas. “Nós acreditamos que, dessa maneira, contribuimos para um planeta mais humano e mais verde. Bem no espírito Tarahumara”, explica Elen.



Elen Mary Machado, na Alemanha, guarda um punhado da terra vermelha da Reserva Indígena de Dowrados, dado por dona Alda, líder da Casa de Reza, ao abençoar com uma reza o projeto.



Reunião com os colaboradores.



Corrida do Tarahumara Fans realizada em Frankfurt, Alemanha (22/9/2019), em prol do Projeto Nascente Viva.

Zefa Valdivina Pereira, professora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bióloga, especialista em meio ambiente, em florística e recuperação de áreas degradadas (doutorado em Biologia

Vegetal e Pós-Doutorado em Ecologia da Restauração), entrou no projeto quando foi procurada pela AMID.

- Dona Lenir veio me ver à procura de alguém que trabalhasse com restauração de áreas degradadas, tendo em vista a situação das margens do córrego Jaguapiru, onde águas entravam em casas de moradores. Fomos para uma reunião, fizemos várias visitas à área com o objetivo de elaborar o projeto em conjunto.

Responsável pela parte técnica, na fase piloto do projeto, a professora elaborou o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), submetido e aprovado pela Funai e pelo Ibama em terras federais. Assim, em 2018 o projeto de renaturação da parte superior, da rodovia até a nascente, ou seja, 2,5 hectares, foi iniciado com o plantio de mudas às margens do córrego Jaguapiru, no Dia Mundial da Água, 22 de março, com mudas que tinha e as que ofereceu Olácio Komori. A comunidade ajudou a plantar e a limpar, em mutirões, e tem assumido o projeto. Não sendo fácil obter mudas e os recursos escassos, criou-se o viveiro da Escola Guateka com capacidade para 10.000 mudas para o projeto e a comunidade no restauro de áreas da reserva. Uma casa de sementes crioulas também foi criada.

O futuro do projeto, segundo a professora, é ampliar o restauro dos 2,5 hectares para atingir os 13,5 ha do córrego Jaguapiru e seguir com o restauro de todas as outras nascentes da reserva.



Aginaldo Rodrigues, Cajetano Vera e outros membros da comunidade na inauguração da Casa de Sementes Crioulas Tengatui Marangatu, em novembro de 2019, para servir de apoio ao Projeto Nascente Viva.

Imenso trabalho! O Projeto Nascente Viva tem sido tocado por seus membros, pela comunidade e as importantes parcerias das escolas – professores e alunos. Além da construção, na Escola Guateka, do viveiro para a produção de mudas, eles realizaram – e realizam – palestras sobre a importância da recuperação dos córregos na aldeia.

Em final de 2019, um ano após o início do projeto, a primeira nascente foi recuperada com a plantação de 1.200 árvores, espécies originais como aroeira, cedro, embaúba, figueira, ingá, ipê, jatobá e jenipapo. Recuperação dos recursos hídricos da aldeia, mas também a promoção de boas práticas para a preservação dos recursos hídricos por meio de ações educativas, estimulando a responsabilidade e o engajamento individual e coletivo na conscientização da sociedade.

Ou seja, revitalizar as nascentes e conscientizar sobre a importância da água e seu meio ambiente.



Equipe do Nascente Viva festejando o prêmio, em 2020. Da esquerda para a direita: Cléber, Cajetano, Sara (aluna), Olácio, Luana (aluna), Bruno (aluno), Elen, Zefa, Aquiles (advogado indigenista) e Nelson. Foto: Robert Wenkemann.

No mesmo ano o projeto foi contemplado com o Troféu Marco Verde, prêmio da Prefeitura de Dourados para promover iniciativas inspiradoras, capazes de ajudar a construir um futuro sustentável através do cuidado com o meio ambiente.



Alunos da escola Tengatuí. Fotos: Olácio Komori.

Após a recuperação dessa primeira nascente, muito ainda deve ser feito. A Reserva de Dourados, de 3.474 ha (3.515 ha, segundo a Funai), tem somente 4% de sua área de reserva florestal (2015) e 13% de

áreas úmidas, ou seja, várzea associada às nascentes. O restante, 83%, do espaço da reserva é ocupado com moradias, agricultura, pastagem, pomares e infraestruturas diversas.

Apesar das restrições impostas pelas suas características naturais, essas áreas úmidas vêm sendo pressionadas para serem ocupadas com moradias e atividades agropastoris, o que é grave.

Nascente Viva deseja continuar o trabalho de recuperação das outras nascentes e dos 13,5 ha do córrego Jaguapiru, que passa dentro da aldeia e que tem sua vegetação nativa em péssimo estado de conservação, necessitando de enriquecimento.

Assim, as metas do projeto a curto, médio e longo prazo são: promover a restauração de 100 hectares de área de preservação permanente da Reserva de Dourados; implantar um viveiro com capacidade de 30 mil mudas nativas, semestrais; capacitar alunos de ensino fundamental e médio para serem agentes ambientais dentro da aldeia; capacitar indígenas em biojoias e artesanatos, em coleta de sementes e produção de mudas; e estabelecer um sistema agroflorestal como unidade demonstrativa para futura formação.

Para levar a cabo esses projetos, Nascente Viva precisa de ajuda. O meio ambiente é importante para os indígenas que vivem na reserva, mas também para toda a humanidade.

Com um patrimônio ambiental revitalizado, pode-se desenvolver uma economia baseada na agri-

cultura familiar, no ecoturismo – passeios ciclísticos, pesca... –, no cultural, como visitas às Casas de Reza e comércio de artesanato, gastronomia e de ervas medicinais. Seriam formas de manter, valorizar e transmitir suas tradições culturais, e, por que não, reatar com o “modo de ser indígena” com uma organização familiar de produção e consumo coletivo, que representava para eles união e fortalecimento. Reatar com o senso de coletividade e de cooperativismo entre seus membros.

Os povos indígenas são dotados de culturas e nós, brancos-indígenas-negros-amarelos, as apreciamos a ponto de termos dado nomes indígenas a cidades, utilizarmos sua culinária como beiju, paçoca, guaraná, pamonha, pipoca, urucum... comermos frutas como jaca, jatobá, mamão, jabuticaba, pequi...

Intelectuais, lideranças indígenas podem se apropriar dos pontos positivos existentes, mencionados ou não, a fim de mudar a situação delicada na qual a reserva se encontra. Artesanato, produção de orgânicos compatível com a cultura indígena, o meio ambiente cuidado permitem desenvolver um turismo cultural e ecológico indígena de qualidade.

Fontes

<http://nascenteviva.com>

<https://jovensindigenas.org.br>

www.tekoha.org.br

<https://terrasindigenas.org.br/>

<https://www.gov.br/funai/pt-br>

MARQUES, Leila Roque Ribeiro; ALVES, Gilberto Luiz. A produção do artesanato guarani no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 198-216, jan./jun. 2019

Youtube: <https://bit.ly/3xnrEwP>





Realização:



Parceiros:

Escola Estadual Indígena Intercultural
Guateka – Marçal de Souza

Escola Municipal Indígena
Tengatui Marangatu

Apoio:



SESAI
Secretaria Especial
de Saúde Indígena



Terra Vermelha
Audiovisual

Contatos do Autor



(67) 99939-4746 (Vivo - WhatsApp)



biblioeditora@gmail.com



[@biblio.editora](https://www.instagram.com/biblio.editora)



www.biblioeditora.com.br

Este livro foi composto em *Goudy Old Style*,
em junho de 2022.

O objetivo deste livreto “Nascentes Vivas” é informar os interessados sobre a região, a aldeia Jaguapirú-Bororó e seus moradores, os desafios do dia a dia e o projeto Nascente Viva! Um projeto que nasceu na aldeia, por uma indígena, Dona Lenir, líder na época da Associação de Mulheres Indígenas de Dourados. Desde o início do projeto trabalhamos com doações particulares, o que nos dá flexibilidade para agir onde realmente é necessário na estruturação ambiental por busca da água. Um outro fator importante é que os protagonistas do projeto são os próprios indígenas e nessa nova dinâmica de trabalho a flexibilidade é muito importante. Trabalhamos no tempo dos protagonistas, o desenvolvimento do projeto segue de acordo com o desenrolar deles mesmo dentro do projeto, pois só assim temos chance do projeto se autossustentar. Agradecemos a contribuição voluntária para este livreto!

Elen Mary Machado

Foto: Arquivo da Autora.



Mazé Torquato Chotil nasceu em Glória de Dourados-MS, foi para São Paulo estudar, em meados dos anos 1970 e reside em Paris desde 1985. Jornalista, pesquisadora, é doutora em informação e comunicação pela Paris VIII e pós-doutora pela EHESS. É autora de *Minha Paris Brasileira*; *Lembranças do sítio*; *Lembranças da vila*; *Minha aventura na colonização do Oeste*; *Trabalhadores exilados*; *José Ibrahim*; *Maria d'Apparecida negroluminosa*. Na Rota de traficantes e no Crepúsculo da vida. Em francês, publicou *Ouvrières chez Bidermann*, *L'Exil ouvrier* e *Maria D'Apparecida – Une Maria pas comme les autres*.

Câmara Brasileira do Livro
ISBN 978-65-87086-53-8



9 786587 086538

www.biblioeditora.com.br